

Resistências, sublevações, o ‘rumor das batalhas’

Vera da Silva Telles

Professora da USP

O artigo propõe discutir o estatuto da resistência na trama da escritura e no espaço conceitual em que a questão do poder se formula. O atalho para lidar com a questão diz respeito ao lugar e estatuto da “batalha” nos jogos de poder – o “rumor surdo das batalhas” que encerra *Vigiar e Punir*, mas das quais mal se vê se vê os sinais nos modos operatórios do poder disciplinar descritos e analisados nesse livro. Se é verdade que Foucault sempre diz que “onde tem poder tem resistência”, esses jogos internos às relações de poder não são suficientes para dar conta do terreno incerto das “batalhas”, dos enfrentamentos, das “forças de baixo” que se inscrevem na superfície dos acontecimentos. Recuperando registros dessa questão em vários momentos da obra de Foucault, o artigo propõe uma reflexão em torno da diferenciação proposta no artigo “Sujeito e Poder” (1984) entre relações de poder e estratégias de enfrentamento.

Palavras-chave: resistência, batalhas, estratégias de enfrentamento, relações de poder, Sujeito e Poder

The article **Resistances, uprisings, the “rumor of battles”** aims to discuss the statute of resistance in the script plot and in the conceptual space in which the question of power is formulated. The shortcut to deal with the issue concerns the place and status of the “battle” in power games – the “rumor of the battles” that encloses *Discipline and Punish*, but of which one hardly sees the signs in the modes of disciplinary power described and analyzed in this book. If it is true that Foucault always says that “where there is power there is resistance”, these games within power relations are not enough to deal with the uncertain terrain of “battles”, confrontations, “forces from low” which are inscribed on the surface of events. Recovering records of this issue in several moments of Foucault’s work, the article proposes a reflection on the differentiation proposed in the article “The Subject and Power” (1984) between power relations and coping strategies.

Keywords: resistance, battles, coping strategies, power relations, The Subject and Power

Introdução

Revisitar, ler e reler Foucault com novas inquietações, novas perguntas, é sempre uma experiência que, longe de apenas confirmar o que já sabíamos ou acreditávamos saber, nos leva a tomar outros atalhos que sua obra sempre nos abre para pensar as complicações de nosso presente. Há algo de desafio nisso tudo, ainda mais para quem, como eu, não é especialista em Foucault, apenas uma leitora persistente de sua obra e que tenta acolher a sugestão que ele nos entrega ao dizer que seus trabalhos deveriam, devem ser vistos como caixas de ferramenta; um uso pragmático, não categorial de seus conceitos, de modo a tomá-los como referências que nos ajudam a formular nossas próprias questões a partir de um crivo, perspectiva, pela qual essas questões podem ser lançadas como algo no qual ressoam os problemas de nossa própria atualidade.

No entanto, ler Foucault, trabalhar suas questões, é um empreendimento que sempre traz as marcas do “efeito Foucault” para evocar aqui o título de um livro conhecido (BURCHEL et al., 1991). O fato é que

temos pela frente inúmeras camadas de comentários e comentadores que vêm se somando e se superpondo ao longo dos anos em torno de cada uma de suas obras, sejam as discussões e controvérsias que se abriram no momento de sua publicação, sejam os desdobramentos temáticos e teóricos que se seguiram no correr dos anos. É quase impossível chegar a Foucault como se não estivéssemos implicados no “efeito Foucault”, sem o viés ou as marcas, o traço de comentários e comentadores, ao menos aqueles que nos afetaram e nos influenciaram em nossas leituras anteriores. O risco, aqui, é terminar por fazer algo próximo a uma resenha de “Foucault-e-seus comentadores” em torno de alguma questão ou problemática já decifrada, sobre a qual tudo de interessante parece (mas só parece) ter sido dito. Isso seria tão inútil quanto desinteressante, na melhor das hipóteses, uma apresentação escolarizada, recitando uma lição bem aprendida, melhor dizendo: mal aprendida, pois seria não fazer jus a um dos desafios que ele nos coloca, do trabalho do pensamento como experimentação – experimentação arriscada, que não hesita em desbravar outros campos de pesquisa e de reflexão teórica, abrindo a possibilidade de pensar de outra forma em vez de “aceitar uma problemática dada, tentando fazê-la funcionar ou modificando um certo ponto, já sabendo de antemão o que se quer fazer e onde se quer chegar” (FOUCAULT, 1985, p. 13). Se aqui é lembrada essa passagem bem conhecida da introdução ao segundo volume da *História da sexualidade*, o *Uso dos prazeres* (1985), é porque, entre outras coisas, isso nos interpela diretamente, na crítica aí inscrita às petrificações acadêmicas que rondam as práticas prevaletentes nas universidades.

Como diz Deleuze (sim, este é um dos comentadores que me afetaram), o traço que define o pensamento de Foucault é justamente isso, o processo de pensamento como experimentação. E “experimentar é sempre o atual, o nascente, o que está em vias de se fazer” (DELEUZE, 1992, p. 132). Próprio do que Deleuze chama de “pensamento nômade”, de que Nietzsche comparece como referência primeira, isso significa um trabalho de pensamento atravessado pelo movimento que vem de fora, das forças do fora, uma dobra do fora e pela qual o pensamento se aloja no presente para trabalhar suas fissuras, o que se agita sob o peso das coerções, que faz estremecer a ordem das coisas, buscando aí discernir o que está por vir (DELEUZE, 2002, p. 351). Ao lado da analítica do poder (seus diagramas, seus modos operatórios, seus efeitos), o diagnóstico do presente, quer dizer: suas fragilidades, suas fissuras, as forças que resistem, as insubmissões que se processam nos pontos de incidência do poder. É a questão posta sobretudo em suas entrevistas. Se em seus livros há todo o rigor conceitual com o qual o filósofo trabalha, nos termos de Deleuze (2003, p. 325), as linhas de estratificação e sedimentação dos dispositivos de poder, nas entrevistas ele traçava suas linhas de atualização, o que exigia um outro modo de expressão, em diálogo aberto com as questões vivas e muitas vezes controvertidas postas em cada momento. É por isso que entrevistas, assim como os textos de ocasião, devem ser consideradas como parte de sua obra. É neles que Foucault exercita a prática do diagnóstico do presente, atento a seus pontos de tensão e fragilidade, ao que se agita sob a ordem das

coisas, os “rumores da batalha”. Como diz Artière, em cada caso, Foucault desenha um mapa da situação, “um mapa topográfico onde cada falha é apontada e analisada”, um diagnóstico construído a partir de alguns pontos e dos quais se desdobra o mapa da atualidade (ARTIÈRE, 2002).

E isso remete aos modos de seu engajamento político nos vários, e muitos, dos embates que agitaram o cenário francês, sobretudo nos anos 1970. Um certo modo de se lançar no mundo, em perspectiva, nas situações concretas nas quais esses embates se configuravam, tratando de seguir as transversalidades das práticas, suas múltiplas ressonâncias, e seus efeitos. Não se tratava de emitir opiniões sobre o que estava acontecendo, pois isso seria o mesmo que entrar na lógica esterilizante das polêmicas, lógica avessa e inversa ao trabalho de produção do conhecimento (FOUCAULT, 2004a). Tratava-se, muito menos, de “interpretar” ou “explicar” os acontecimentos, aplicar uma teoria. Tratava-se, isso sim, de se exercitar e se compor em uma espécie de revezamentos entre práticas diversas – e as teorias são também práticas – que se comunicam, que circulam em “cruzamentos privilegiados” construídos em “relações de revezamento” entre umas e outras (Idem, 2006a, p. 69).

Sabemos que era isso o que estava em jogo nos engajamentos de Foucault em torno da prisão e dos embates que, naqueles anos iniciais de 1970, davam sinais de que iriam explodir. A intuição política de que ali algo se passava, pequenos movimentos, pequenos atos de rebeldia, as insubmissões minúsculas que iriam se desdobrar em rebeliões. Ali, a percepção de uma experiência que era preciso acolher como questão a ser pensada e que davam os sinais de um limiar do tolerável que havia sido ultrapassado – acolher o que essas singularidades insubmissas queriam, querem dizer, diz Foucault, justamente porque “elas se batem contra tudo o que se obstina em fazê-las calar” (Idem, 2016b, p. 80). Sabemos que foi essa experiência que deu ao filósofo as chaves para a “história do presente” que iria ser trabalhada no *Vigiar e punir* (Idem, 1997, p. 29).

Esse modo de se posicionar frente ao presente, interrogando suas fraturas e fragilidades, as insubmissões, o intolerável, isso tudo está inscrito nas formas de pesquisar, de descrever, de recortar seus objetos de estudo, de definir temas e questões. A descrição a ser feita, diz Foucault, deve seguir “essa espécie de linha de fratura virtual, que abre um espaço de liberdade, entendida como espaço de liberdade concreta, isto é, de uma transformação possível”:

O que eu gostaria de dizer, a propósito dessa função do diagnóstico sobre o que é a atualidade, é que ela não consiste simplesmente em caracterizar o que somos, mas, seguindo as linhas de vulnerabilidade da atualidade, em conseguir apreender por onde e como isso que existe hoje poderia não ser mais o que é. É nesse sentido que a descrição deve sempre ser feita de acordo com essa espécie de fratura virtual, que abre um espaço de liberdade, entendido como espaço de liberdade concreta, ou seja, de transformação possível (FOUCAULT, 2005, p. 324).

O ‘rumor das batalhas’ e o estatuto da resistência

Pois, então, o ponto que nos desafia é exatamente este: as linhas de fratura do presente. Questão que remete ao estatuto da resistência na trama da escritura e no espaço conceitual em que a questão do poder se formula. Sobre a questão muito já foi dito. Mas, então, eu gostaria aqui de tomar um atalho para lidar com ela no que diz respeito ao lugar e estatuto da batalha nos jogos de poder. Um atalho sugerido pelo próprio Foucault nas linhas finais do *Vigiar e punir*:

Nesta humanidade central e centralizada, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de encarceramento, objetos de discursos que são eles mesmos elementos dessa estratégia, temos que ouvir o ronco surdo das batalhas (FOUCAULT, 1997, p. 254).

No que segue, não tenho a menor pretensão de originalidade. Trata-se apenas e tão somente de um esforço, ainda tateante e certamente lacunar, de garimpar sinais entregues pelos escritos de Foucault e comentadores (alguns) que me ajudam a pensar uma questão que vem inquietando, pertinente ao estatuto do conflito em nosso próprio trabalho de pensamento, entre a pesquisa e a reflexão teórica. A questão pode parecer simples, quase óbvia, dada a centralidade no trabalho de Foucault das resistências, das revoltas, das insubmissões dos corpos e das gentes e que afloram no acontecimento da história. Na verdade, é uma questão bastante espinhosa.

Voltemos ao “rumor das batalhas”: qual o estatuto dessa batalha da qual mal se vê os sinais nos modos operatórios do poder, do poder disciplinar, descritos e analisados nesse livro? Como nota Philippe Chevalier (2014), em um livro que muito me inspirou nessas reflexões, esse é um terreno incerto, pouco esclarecido por Foucault e que, por isso mesmo, suscita uma indagação. Se, como é sempre enfatizado por Foucault, a resistência é coextensiva às relações de poder, se estas são sempre reversíveis conforme circunstâncias e condições precisas¹, esses jogos internos às relações de poder, nota Chevalier, não são suficientes para dar conta do terreno incerto da batalha, dos enfrentamentos, dessa “desordem” que vem de baixo e que, em meio aos acasos e circunstâncias, entra em cena e se inscreve na superfície dos acontecimentos. Batalha: uma zona de emergência das relações de poder? Um limite do poder? Qual o seu lugar? No *Vigiar e punir* (1975), também no *A vontade de saber* (1976), tal como a trama conceitual se constrói, as batalhas como que se desvanecem sob os modos operantes dos dispositivos de poder.

Questão difícil porque assinala um ponto a ser ainda bem entendido. Conflitos – as insubmissões, rebeldias, sublevações, as fraturas e seus efeitos – estão abertamente presentes e discutidos em suas entrevistas, em seus escritos de ocasião, nas suas intervenções na cena pública

francesa, em seus engajamentos práticos. Nesse registro, em suas intervenções, textos e engajamentos práticos, Foucault parece exercitar muito concretamente o ponto de vista dos “sujeitos situados”, e descentrados, dos “discursos de perspectiva” que ele irá analisar no curso “Em defesa da sociedade” (EDS) (1975-1976). Ponto de vista e perspectiva a partir da qual esses embates e esses enfrentamentos fazem mostrar a superfície frágil em que a racionalidade da ordem se apoia, as relações de poder nela inscritas, seus procedimentos e os mecanismos postos em ação para manter a ordem das coisas. E é nisso também que Foucault atualiza, a cada momento e em torno das problemas colocados em circunstâncias sempre concretas, sempre situadas, questão formulada já em 1971, em seu artigo “Nietzsche, a genealogia e a história” (FOUCAULT, 2006b), relançado em 1973 no *A verdade e as formas jurídicas* (Idem, 1996): uma maneira de “dizer a verdade” que é sempre um “discurso de perspectiva”, a “verdade das batalhas”, como enfatiza Chevallier (2014, p. 95) ao comentar os engajamentos políticos de Foucault.

Essas “desordens” do mundo são também referência importante nas passagens, aliás magníficas, mais propriamente históricas do *Vigiar e punir* e no curso “A sociedade punitiva” (SP) (1972-1973) que o antecede. Essas referências não são apenas pano de fundo das questões que iriam alimentar suas pesquisas, mas descrevem as circunstâncias e contextos situados em que as estratégias de poder se fazem e se redefinem e se deslocam conforme afloram, na superfície dos acontecimentos, as desordens das “multidões confusas”, as insubmissões das gentes, as rebeldias e conflitos disseminados no corpo social. É sob esse prisma, perspectiva, que é possível analisar os efeitos do poder – os modos pelos quais, entre transgressões múltiplas e difusas, os dispositivos de poder constroem a figura do crime-criminoso como inimigo da sociedade, o que faz a guerra contra a sociedade (“A sociedade punitiva”); transformam as multidões confusas em multiplicidades ordenadas, fabricam a delinquência como forma subordinada dos ilegalismos populares e estabelecem a cisão entre a “plebe” e a figura disciplinada do homem do trabalho (*Vigiar e punir*).

Mas, então, será preciso bem definir o plano em que o problema se coloca. Como se sabe, as relações entre poder e batalha, para retomar aqui o argumento de Chevalier, é a questão tratada no projeto genealógico do poder (cf. FOUCAULT, 1973, 2006b), em especial no curso EDS, no qual é retomada a noção de guerra civil trabalhada no curso “A sociedade punitiva”, formulada como grade de inteligibilidade dos enfrentamentos, dos combates que se processam em torno do poder. A tese de Foucault é bem conhecida: a guerra está na matriz dos direitos e das leis², é o que está cifrado sob a “paz civil”, nos modos como a normalidade e seus ordenamentos são garantidos por leis, instituições, por códigos jurídicos e seus múltiplos sistemas de vigilância, controle e coerção – são os registros da guerra que atravessam, assombam, animam e investem o próprio poder” (FOUCAULT, 2013). Invertendo a famosa formulação de Clausewitz, a política, diz Foucault, é a

guerra continuada por outros meios. O poder político teria por função reinserir relações de força “mediante uma espécie de guerra silenciosa e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem dos corpos de uns e outros” (Idem, 1999, p. 23). Se a genealogia se propõe a recuperar a história desses enfrentamentos e a “memoria bruta dos embates” é porque aí se tem o registro do ponto de emergência das forças que se embatem e se confrontam na superfície dos acontecimentos, é porque aí se tem os registros daquilo que o poder tomará como alvo, a partir do qual e em torno do qual as relações de poder operam e se inscrevem na ordem das coisas.

Lembrar essas passagens bem conhecidas do projeto genealógico de Foucault não é sem consequências, não é apenas um zelo bibliográfico para o bom andamento de um argumento. Pois, se é verdade que, nos anos seguintes, Foucault iria deslocar sua noção de poder para colocá-lo nos termos de “governo das condutas”, diferente da natureza belicosa das relações de força, nem por isso as questões postas pela genealogia do poder deixam de ter pertinência, e atualidade. E é por isso mesmo que cobra interesse a pergunta de Chevallier a respeito das relações a serem bem entendidas entre os modos operatórios dos dispositivos de poder e esse plano em que afloram as batalhas, zona de superfície, ponto de emergência das insubmissões fragmentárias, incertas, descontínuas, “as forças de baixo”, como diz Foucault, inscritas nas tramas tecidas entre os acasos, as paixões, as histórias infames, as contingências e circunstâncias miúdas que se entrelaçam nos embates, pequenos ou grandes, e que podem, ou não, se cristalizar em formas de revoltas, sublevações.

Se os enfrentamentos e essa desordem do mundo se apresentam como o ponto de emergência das relações de poder, o plano de superfície no qual se entrelaçam e se processam os jogos de poder, por outro lado, na analítica do poder, dos seus modos operatórios, a descrição das racionalidades próprias aos dispositivos de poder mal deixa entrever esses enfrentamentos que estiveram, que estão, na sua origem.

Questão difícil porque não basta a repetição retórica do que o filósofo sempre diz: onde existe poder, existe resistência; nos pontos de incidência do poder, há sempre sinais das insubmissões dos corpos. Quer dizer, para nós: o risco do clichê. Risco de transformar essa proposição em um quase axioma não refletido, tautologia ou fórmula vazia sem que o problema se resolva na trama da pesquisa e na escritura dos nossos trabalhos.

Pois é daqui que eu falo: socióloga, pesquisadora, tendo que lidar com as dificuldades da pesquisa e da escrita. Daqui que eu falo, quer dizer: uma inquietação que vem me acompanhando já faz algum tempo pertinente ao estatuto do conflito em nosso próprio trabalho de pensamento. Simplificando muito, sob o risco da injustiça com uns e outros, ou muitos, diria que nos debates e pesquisas recentes há algo como um descompasso entre, de um lado, as evidências incontornáveis de um mundo social convulsionado por todos os lados e a quase irresistível

sedução encantatória de uma conflitualidade que se desdobra em múltiplas facetas, algo como uma epifania que nos seduz, que nos encanta e que também nos envolve em uma espécie de vertigem pela escala e velocidade em que os acontecimentos se sucedem. De outro, os dispositivos de poder que também eles se acirram, se refazem e se ampliam e se desdobram, entre a lógica do controle e da punição, também a violência e dominação, tudo isso entrelaçado com os dispositivos de governamentalidade que vão se fazendo e refazendo na própria medida em que a lógica dos mercados se expande, capturando vidas e formas de vida. Entre um e outro, entre a “luta”³ e o “tudo é poder” não se sabe muito bem como lidar com as complicações de nossa própria atualidade. Para além dos clichês, das fórmulas fáceis, é o ponto cego de muitos dos debates e pesquisas recentes.⁴ Eis o desafio: se é verdade que as resistências são internas e intrínsecas aos jogos de poder, elas não são suficientes, como bem nota Chevallier, para dar conta desse “terreno incerto das batalhas” e nesse caso resta ainda entender – e seguir seus traços – as ressonâncias, as transversalidades, do modo como essas resistências se comunicam com essas “forças de baixo”, essa movimentação conflituosa e incerta e imprevisível que transborda dos dispositivos de poder. Voltaremos a isso mais a frente.

Por ora, vale dizer que essa inquietação quanto ao estatuto do conflito na trama de nossas pesquisas e de nossos escritos também responde a um certo desconforto em relação a leituras (algumas), eu arriscaria dizer, algo pacificadas da noção de governamentalidade, cunhada por Foucault no curso “Segurança, território e população” (STP) (1977-1978) e que iria pautar suas reflexões nos anos seguintes. Os sentidos do deslocamento das ênfases de Foucault no modo de propor a questão do poder, é questão conhecida. A rigor, deslocamento do espaço conceitual para pensar a questão do poder, de modo a conferir estatuto e lugar próprio às resistências – às contra-condutas, como é colocado no STP, a insubmissão das liberdades no interior dos jogos de poder, como Foucault iria propor em 1983 no texto “Sujeito e poder” (1984). O problema, assim me parece, é quando se tende ou se desliza para algo próximo a uma absolutização do “governo das condutas” e das resistências que lhe são próprias, algo que, por vezes, fica sugerido na postulação de uma passagem do “modelo da guerra” para o “modelo do governo”. Se o “rumor das batalhas” parecia se desvanecer na analítica do poder disciplinar e descrição de seus modos operatórios, agora tende simplesmente a ser colocado fora de mira, junto com o “modelo da guerra” no qual, ao menos, a evocação das rebeliões fazia sentido e encontrava seu lugar. Sem a referência às tramas conflituosas nas quais os dispositivos de governo se inscrevem, se fazem e se refazem, conforme as circunstâncias, para “conduzir as condutas”, os jogos de poder parecem ainda mais insidiosos, no limite de uma espécie de funcionalização das liberdades ativadas e suscitadas pelos dispositivos de poder.

Porém, que seja dito: nada mais distante do trabalho de Foucault do que a ideia de modelo; se há deslocamentos nos modos de trabalhar a questão do poder, isso não significa propriamente substituir a um anterior, mas antes um modo de problematização que lhe permite rever e situar seus trabalhos anteriores, colocar sob nova perspectiva questões tratadas anteriormente, colocar em relevo outras tantas que estavam antes enunciadas, mas não trabalhadas. Enfim, um movimento constante de retomada, por um procedimento que lhe é próprio, como bem notam Bertani e Fontana (1999, p. 331), “de reler, de tornar a situar e de reinterpretar seus antigos trabalhos à luz dos últimos, numa espécie de reatualização incessante”.

Por outro lado, no curso STP, na aula dedicada justamente às contra-condutas (aula de 01/03/1978), podemos ver, na trama mesmo do que nos é apresentando, a noção de contra-condutas não como um modelo a explicar as resistências internas ao poder pastoral e às formas de governamentalidade que iriam se constelar no correr do século XVIII. A noção de contra-condutas é aqui trabalhada como um operador analítico da crise do pastorado, ao mesmo tempo em que define um plano de análise que permite colocar em perspectiva as conexões e as transversalidades com embates, enfrentamentos, rebeliões que vinham se processando no período. Se as resistências de conduta são peculiares ao poder pastoral, com suas próprias formas, com sua dramaturgia, seus objetivos, isso não quer dizer que estejam isoladas, elas se comunicam direta ou transversalmente com conflitos e revoltas de outra natureza, com problemas que vinham convulsionado o solo histórico em que elas se inscrevem, com outros registros de revolta das condutas disseminados em outros tantos pontos de incidência de relações de poder. Trata-se, diz Foucault (1984, p. 200), de uma “especificidade não autônoma dessas resistências, dessas revoltas de conduta”. Mas é por isso que tomar as relações de poder como ponto de vista da análise significa “uma maneira de mostrar as relações inteligíveis entre elementos que são exteriores uns aos outros” (Idem, p. 219), um campo de inteligibilidade que permite colocar em perspectiva, encontrar as transversalidades, as mútuas ressonâncias e intersecções de acontecimentos e seus componentes, suas composições e efeitos de composição, que fazem a matéria da história⁵.

Operador analítico da crise do pastorado, a noção de contra-conduta também opera como grade de análise que permite colocar em perspectiva a multiplicidade das revoltas de conduta que agitaram esses séculos, rebeliões de conduta difusas, disparatadas em seus modos, suas formas, suas questões, suas orientações e que, no século XVIII, iriam se desdobrar nas margens das instituições políticas, na própria medida em que o problema do governo das condutas se atualiza no século XVIII nos exercício da governamentalidade (o exemplo da recusa à guerra e as deserções-insubmissões, das sociedades secretas, das heresias médicas). Multiplicidades de resistências difusas que nem sempre ganham a forma de revoltas e rebeliões. Se há um elemento

efetivo de desobediência, nem por isso elas poderiam ser vistas como resistências apenas reativas, em negativo. Elas contêm toda uma produtividade que interessa analisar, experimentações de formas de existência, “dotadas de alguma solidez e consistência” (Idem, pp. 203-204) na própria medida em que são nessas articulações práticas que os elementos, os temas, os princípios ordenadores do poder pastoral são invertidos, instrumentalizados, reinventados, redistribuídos nos modos outros de se conduzir perante os problemas da verdade, da obediência, da salvação – os pilares abalados do poder pastoral nesses tempos conturbados.⁶

O termo “contra-conduta”, esclarece o filósofo, permite analisar o modo como os indivíduos agem no campo das relações de poder. É uma dimensão que “podemos perfeitamente encontrar entre os delinquentes, os loucos, os doentes” (Idem, p. 205). E é uma dimensão também presente, sempre presente, nas rebeliões propriamente políticas. É o que Foucault nos sugere na abertura da aula seguinte (08/03/1978): se os grandes processos de perturbação política e social dos séculos XV e XVI tiveram como dimensão principal as insurreições de conduta, essa é uma dimensão igualmente presente nas rebeliões políticas ou os processos revolucionários, com outros objetivos, movidos por outras questões. Também eles deram origem a outros tantos modos de se conduzir, tal como se pode apreender nas práticas rebeldes das comunidades religiosas na Revolução Inglesa do século XVII⁷, no papel desempenhado pelos clubes na Revolução Francesa, também os soviets e conselhos operários na Revolução Russa de 1917. Mas, então, “seria interessante ver como essas séries de insurreições, de revoltas de conduta se multiplicaram, que efeitos elas próprias tiveram sobre os processos revolucionários, como essas revoltas de conduta foram controladas, dominadas, qual a sua especificidade, sua forma, sua lei interna de desenvolvimento” – temos aqui “todo um campo de estudos possíveis” (Idem, p. 234).

Em uma de suas notas à aula de 01/03/1978, Sennellart comenta: a ideia de contra-conduta, lançada e trabalhada nesse curso, “representa uma etapa essencial, no pensamento de Foucault, entre a análise das técnicas de assujeitamento e aquela, desenvolvida a partir de 1980, das práticas de subjetivação (Idem, 2004, p. 211, nota 5). E isso acompanha a passagem ou desdobramento da própria noção de governo das condutas, em um primeiro momento inscrita em um processo histórico particular, para uma definição geral do poder em termos de governo – o campo estratégico das relações de poder.⁸ Se a análise dos tipos de governamentalidade é indissociável, enfatiza Sennellart, das formas de resistência ou contra-condutas que lhe correspondem, então “é preciso se perguntar quais formas elas assumem na crise atual” (SENNELART, 2004, p. 408). Mas é também nesse plano que cobra todo o interesse dessa aula sobre as contra-condutas, e as questões metodológicas, se é possível assim dizer, que aí são trabalhadas.

Deslocamentos

Muito já foi escrito sobre o impasse a que chegou Foucault ao final do ciclo de suas pesquisas sobre os poderes disciplinares. Como ultrapassar a linha? Sabemos que essa é a pergunta sempre feita e refeita em torno dos escritos de Foucault, em particular sobre o poder disciplinar. Como escapar do que parece ser uma sempre insidiosa e inescapável captura nas relações de poder, que se deslocam, se fazem e refazem em torno das insubmissões dos corpos? É a pergunta que o próprio Foucault lança no texto “Vida dos homens infames”, publicado em 1977: “aqui estamos nós como sempre incapazes de ultrapassar a linha, de passar para o outro lado, sempre a mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou faz dizer” (FOUCAULT, 2016, p. 208)

Deleuze (1988, p. 101) sugere, e essa é uma pista possível a ser trabalhada, que há nesse texto uma experimentação que já anuncia, ou que assim poderia ser visto, os deslocamentos de Foucault nos anos seguintes. Uma resposta que ele próprio propõe à sua pergunta ao dizer que “o ponto intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas” – algo que surge da infelicidade dessas histórias, de seus ódios, de seus rancores, de suas raivas, de suas loucuras, dos episódios efêmeros de uma batalha miúda (FOUCAULT, 2016, p. 208)

Nos termos de Deleuze: se os centros difusos do poder não existem sem pontos de resistência, então seria também preciso dizer que “o poder, ao tomar como objetivo a vida, revela, suscita uma vida que resiste ao poder – e, enfim, que a força do lado de fora não para de subverter, de derrubar os diagramas”. Mas como ultrapassar a linha “se as relações transversais de resistência não param de se reestruturar, de encontrar, ou mesmo fabricar, esses nós do poder?” Se “é preciso chegar à vida como potência do lado de fora”, será que essa vida que resiste ao poder não tem outra destinação senão se perder no vazio de não-existências, tal como “esses pedaços de vidas anônimas, dos homens infames, que se debatem com o poder antes de voltar para a noite...”? (DELEUZE, 1988, p. 101).

Por certo, essa ênfase de Deleuze carrega um vitalismo que lhe é próprio, vitalismo que, em sua leitura, atravessa o trabalho de pensamento de Foucault, cujos traços ele reativa, recupera, desdobra ao trabalhar suas questões nos vários momentos, ou dimensões, de sua obra. Questão intrincada que nos levaria muito longe do que aqui se propõe a fazer. Seja como for, assim me parece, Deleuze entrega pistas fecundas para bem situar os deslocamentos que Foucault iria introduzir em seu trabalho para lidar com a questão.

Se Foucault chega a um impasse, diz Deleuze, isso não se deve à sua maneira de pensar o poder, mas porque “ele descobriu o impasse no qual o próprio poder nos coloca, tanto em nossas vidas quanto em nossos pensamentos, nós que nos chocamos contra ele nas mais ínfimas verdades” (DELEUZE,

1988, p.103). Foi preciso trabalhar um outro eixo, distinto do eixo do saber e do eixo do poder, “um eixo que não anula os outros, mas um eixo que já atuava ao mesmo tempo que os outros e os impedia de ficarem presos num impasse” (Idem). Esta outra dimensão, as práticas de si e dos modos de subjetivação sempre estiveram e estão presentes nos jogos internos às relações de poder – “há sempre uma relação consigo que resiste aos códigos e aos poderes” (Idem, p. 111). É isso que está presente nos pontos de resistência que agitam e fazem mover as relações de poder. É isso que esteve presente, que movia as rebeliões de conduta de que trata Foucault em STP. Mas é nisso também que essa figura das “vidas que resistem ao poder” deixa de ser apenas uma evocação genérica das “forças de fora” para ganhar consistência no plano mesmo da análise das relações de poder.⁹

Como os leitores de Foucault bem sabem, é por referência a esses deslocamentos que será preciso situar as questões por ele lançadas ao formular a noção de poder como “governo das condutas”. É no interior da problemática da governamentalidade que Foucault irá retomar questões deixadas em suspenso, não resolvidas em seus textos anteriores, pertinentes justamente às formas de subjetivação e às resistências possíveis (cf. REVEL, 1992). O que antes era enunciado, mas não resolvido, um limite talvez, mas de estatuto incerto nos modos operatórios do poder, agora está posto no campo mesmo de exercício do poder. É a questão proposta por Foucault ao introduzir a noção de liberdade no coração das relações de poder, aquilo que é ativado, suscitado, provocado pelo “governo das condutas” sem que seja possível conter insubmissão das liberdades, a “intransitividade das liberdades” (FOUCAULT, 1983, p. 315).

Mas, aqui, retomamos o ponto anterior, seguindo as pistas de Chevallier no livro já citado: “as lutas internas que se desenvolvem no interior das relações de poder e que são inerentes ao seu exercício não são suficientes para dar conta do terreno incerto da batalha”. De estatuto incerto em seus escritos, é algo de que se tem sinais em muitos de seus trabalhos. Sinais dessas “vidas que resistem ao poder”.

É o que está presente nos fragmentos dessas “vidas infames” que Foucault consegue extrair dos arquivos, fazendo entrever histórias minúsculas de homens minúsculos tecidas das circunstâncias miúdas feitas de paixões, rancores, vinganças ativadas por pequenas disputas, micro-enfrentamentos que agitam o mundo social (FOUCAULT, 2016). É o que esteve presente na insubmissão dos corpos, que explodia nas revoltas no interior das prisões francesas do início dos anos 1970. É o que move as sublevações. É o que ativa a desobediência de indivíduos e grupos que arriscam suas vidas justamente porque suas vidas são afetadas por opressões e injustiças intoleráveis (Idem, 2016b). Insubordinações que os poderes não podem conter, momentos em que “os poderes nada mais podem”. Indivíduos e grupos se revoltam, isso é fato, um fato irreduzível, diz Foucault. É assim que “a subjetividade é trazida para dentro da história” (Idem, 2016b, p. 80).

Em uma entrevista com Rancière (1976), em torno da então muito controvertida noção de plebe¹⁰, Foucault irá sugerir esse lugar das rebeliões como algo que escapa aos jogos do poder, um seu limite – esses momentos em que “os poderes nada mais podem. Plebe: não se trata de uma realidade sociológica, algo que está lá, à espreita para surgir, exterior aos jogos do poder, solo originário das rebeliões que poderão advir. É o nome a ser dado “a algo que não é matéria primeira mais ou menos dócil ou reativa, mas sim o movimento centrífugo, energia inversa, o que escapa”; não o exterior às relações de poder, mas sim o seu limite – é o que responde aos avanços do poder para dele se desvencilhar, mas que impulsiona um novo desenvolvimento das relações de poder (Idem, 1994).

Mas, então, como dar tratamento teórico a esse limite, não fazer dele um pano de fundo, contexto, evocação genérica à essa potência que vem de fora, essas singularidades insubmissas, dos indivíduos e grupos que se revoltam, e se enfrentam com o poder? Como dar consistência a essas rebeliões e esses enfrentamentos antes que também eles se percam na poeira da história?

Philippe Chevallier entrega pistas importantes a serem seguidas, recuperando as páginas finais do sempre citado ensaio *Sujeito e poder* (1984), páginas nas quais Foucault faz a diferença entre relações de poder e estratégias de enfrentamento. Quer dizer: Foucault desagrega em campos analíticos diferentes (mas não excludentes) o que antes estava posto no mesmo plano. No que segue, sigo aqui de perto argumento de Chevallier.

No curso “Em defesa da sociedade” (e também no “Sociedade punitiva”), em que o poder é pensado como guerra (guerra civil, no SP), a relação entre poder e batalha, nota Chevallier, fica pouco esclarecida pelo fato mesmo de que os dois termos se confundem. Mas daí também o estatuto ambíguo da própria batalha, dos enfrentamentos: ponto de emergência das relações de força, o lugar desses enfrentamentos nos modos operatórios dos dispositivos de poder fica incerto, não esclarecido. A guerra, diz Foucault no resumo do curso, deve ser considerada como “um estado primeiro e fundamental em relação ao qual todos os fenômenos de dominação, de diferenciação, de hierarquização sociais deverão ser considerados como derivados” (p.320). É verdade que Foucault coloca a questão como pergunta, tal como um programa de pesquisa a ser desdobrado. Assim como ele se pergunta, também como questão, “se a guerra pode valer como analisador das relações de força”. Questão que se desdobra entre outras: “o conjunto das noções derivadas da estratégia ou da tática podem constituir um instrumento válido e suficiente para analisar as relações de poder?” (p. 320). Perguntas, no entanto, enfatiza Chevallier, deixadas em suspenso, pois o curso, a partir de um certo momento, toma outra direção, voltada ao surgimento do “discurso da guerra”¹¹, as contra-narrativas da ficção do contrato, que iriam se desdobrar no discurso da “guerra das raças” no século XIX e o tema imperioso do “é preciso defender a sociedade”.

O problema é bem situado por Fontana e Bertani em seus comentários na “Situação do curso”:

se é verdade que esses discursos (das lutas, das batalhas, das raças) nascem da guerra e não da paz, ainda assim a relação binária, introduzida por esses discursos pelo fato da dominação, e que o modelo da guerra explica, não parece justificar totalmente nem a multiplicidade das lutas reais suscitadas pelo poder disciplinar menos ainda os efeitos de governo sobre os comportamentos produzidos pelo biopoder. (...) no campo do poder, prevalece “um conjunto de lutas pontuais e disseminadas, uma multiplicidade de resistências locais, imprevisíveis, heterogêneas, que o fato maciço da dominação e a lógica binária da guerra não conseguem apreender” (FONTANA e BERTANI, 1999, pp. 341-342).

Se a política é a guerra prolongada por outros meios, tal como propõe Foucault no EDS (e também na SP), nem por isso guerra e política são a mesma coisa, cada qual carrega sua própria lógica, procedimentos e dispositivos que lhes são próprios. É isso que o próprio Foucault sugere em uma passagem rápida no *A vontade de saber*, ao dizer que “a multiplicidade das relações de força pode ser codificada – em parte, jamais totalmente – seja na forma da ‘guerra’, seja na forma da ‘política’; seriam duas estratégias diferentes (mas prontas a se transformarem uma na outra) para integrar essas correlações de força desequilibradas, heterogêneas, instáveis, tensas”.

Vale reter a citação completa:

(...) o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. Seria, então, preciso inverter a fórmula e dizer que a política é a guerra prolongada por outros meios? Talvez se ainda quisermos manter alguma distinção entre guerra e política, devemos afirmar, antes, que essa multiplicidade de correlações de força pode ser codificada – em parte, jamais totalmente – seja na forma de “guerra”, seja na forma de “política”; seriam duas estratégias diferentes (mas prontas a se transformarem uma na outra) para integrar essas correlações de força desequilibradas, heterogêneas, instáveis, tensas (FOUCAULT, 1988, p. 89).

Na notação de Chevallier, essa passagem aparece como uma correção em relação ao curso EDS, ao qual ele se refere implicitamente (p. 56, nota 3). Na verdade, uma questão apenas aqui enunciada e que será trabalhada no texto de 1983, no qual Foucault define os dois termos em campos analíticos diferentes. Relações de poder, estratégias de enfrentamento, cada qual com sua própria lógica. Se os termos são definidos em suas diferenças, é também para mostrar que, nos contextos situados dos acontecimentos, relações de poder e estratégias de enfrentamento estão sempre “prontas a se transformarem uma na outra”, para reter a citação acima.

A relação entre poder e a insubmissão da liberdade não pode ser separada”, diz Foucault. Mais do que de antagonismo, seria melhor falar de um “agonismo” – “uma relação que é ao mesmo tempo de incitação recíproca e de luta; menos uma oposição termo a termo que bloqueia um face ao outro, mais uma provocação permanente” (FOUCAULT, 1983, p. 315). Quanto às estratégias de enfrentamento, a lógica é outra, objetivos e procedimentos voltados à obter uma vitória, “privar o adversário dos seus meios de combate, levá-lo a renunciar à luta” (Idem, p. 318).

No entanto, enfatiza Foucault, o importante são as relações entre umas e outras, entre relações de poder e estratégias de enfrentamento:

Pois, se é verdade que no coração das relações de poder e como condição permanente de sua existência existe uma “insubmissão” e liberdades essencialmente recalcitrantes, não existe relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem uma reversão possível; toda relação de poder implica, portanto, ao menos de forma virtual, uma estratégia de luta, sem que por isso elas venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Elas constituem uma para outra uma espécie de limite permanente, um ponto de reversão possível (FOUCAULT, 1984, p. 319).

Desde que não seja uma luta de morte, toda estratégia de enfrentamento tem como ponto de mira a fixação de uma relação de poder, mecanismos estáveis pelos quais conduzir a conduta dos outros. Por outro lado, “para uma relação de poder, a estratégia de luta constitui, ela também, uma fronteira”, quando a “indução calculada das condutas dos outros” não pode mais ser contida em seus próprios termos, quando os pontos de insubmissão das liberdades escapam aos limites do exercício do poder (Idem, p. 320). Entre relações de poder e estratégias de luta há, portanto, uma relação de interpelação permanente, se desdobram uma na outra, há sempre um ponto de reversão possível, sem que, por isso, elas se confundam e percam suas especificidades.

Reatando o ponto lançado páginas atrás, decididamente não se trata de dois modelos para pensar a questão do poder. Foucault desagrega os termos, relações de força e estratégias de enfrentamento, como campos analíticos diferentes, para com isso assinalar as ambivalências e instabilidades inscritas na própria tessitura da história:

Instabilidade, portanto, que faz com que os mesmos processos, os mesmos acontecimentos e as mesmas transformações possam ser decifrados tanto no interior de uma história das lutas como no interior de uma história das relações e dos dispositivos de poder. Não são os mesmos elementos significativos nem os mesmos encadeamentos, nem os mesmos tipos de inteligibilidade que irão aparecer, se bem que seja ao mesmo tecido histórico que eles se referem e que cada uma das duas análises deva se remeter uma à outra. E é justamente a interferência entre essas duas leituras que faz aparecer esses fenômenos fundamentais da “dominação”, presentes na história de uma grande parte das sociedades humanas. (...) O que faz da

dominação de um grupo, de uma casta ou de uma classe, e das resistências ou das revoltas com as quais se enfrentam, um fenômeno central na história das sociedades, é que elas manifestam, sob uma forma global e massiva, na escala do corpo social inteiro, o encadeamento das relações de poder e das relações estratégicas, e seus efeitos de incitação recíproca (FOUCAULT, 1984, pp. 320-321).

Relações de poder, estratégicas de enfrentamento, duas lógicas diferentes que operam uma como limite e fronteira da outra, relações tensas e instáveis, de reversão de uma na outra, mas que podem também ultrapassar um limiar a partir do qual se produz o fenômeno maciço da dominação, esse fenômeno que assombrou a história das sociedades no século XX e que, podemos acrescentar, pode assumir ou já está assumindo, em alguns lugares, outras configurações nestas primeiras décadas mais do que conturbadas do século XXI.

Se a “história das lutas” e a “história dos dispositivos de poder” implicam tipos diferentes de inteligibilidade, mobilizam, por isso mesmo, modos e exigências diferentes no trabalho de análise.¹² Mas ambas as análises se referem ao mesmo tecido histórico, e ambas as análises devem se remeter uma à outra. Mas isso também significa dizer que é na superfície dos acontecimentos que é possível encontrar as relações entre poder e batalha, para reter os termos de Chevallier, entre a racionalidade própria aos dispositivos de poder e esse “movimento centrífugo, energia inversa, o que escapa”, de que fala Foucault ao discutir a noção de plebe em texto citado páginas atrás. Tomar como perspectiva esses movimentos que escapam, limite e inverso das relações de poder, “é indispensável para fazer a análise de seus dispositivos e a partir daí compreender seu funcionamento, seus desenvolvimentos” (Idem, 1994, p. 90). Mas então será também importante rever as várias passagens e vários momentos em que esses enfrentamentos, essas “desordens” que vêm de baixo, essas forças que vêm de fora, aparecem na obra de Foucault, alguns dos quais (só alguns, e poucos) foram comentados ao longo das páginas deste texto.

Estamos longe dos modelos, das fórmulas fáceis. Mas, então, aqui reatamos com o ponto de partida deste texto: o pensamento como experimentação, o que supõe um certo modo de se posicionar no presente, em perspectiva, de modo a acolher as questões a serem trabalhadas, buscando as transversalidades e ressonâncias entre os múltiplos pontos de incidência das relações de poder e as insubmissões que as atravessam, os pontos de cruzamento e seus conectores, agenciamentos transversais aos lugares, identidades, diferenças engendradas pelos dispositivos de poder, e que podem nos dar os sinais das zonas de turbulência, das “forças do fora” que fazem abalar, trincar, a ordem das coisas. Isso é matéria de pesquisa e, sendo assim, é também um modo de exercitar nosso ofício de pesquisadores; programas de pesquisa a serem construídos também como experimentação.

Notas

¹ “Esta resistência de que falo não é uma substância; ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea. (...) Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tao inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente [*onde existe poder, existe resistência – não é uma tautologia*]. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder; podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 2006a, p. 229).

² Vale notar: em seu livro sobre Foucault, Deleuze (1988) enfatiza a radicalidade do deslocamento proposto por Foucault nos modos estabelecidos pelos quais se entende a noção de lei. Ao dizer que a lei não busca combater as ilegalidades, mas sim fazer a gestão diferencial dos ilegalismos, “Foucault mostra que a lei não é nem estado de paz nem o resultado de uma guerra ganha: ela é a própria guerra e a estratégia dessa guerra em ato, exatamente como o poder não é uma propriedade adquirida pela classe dominante, mas um exercício atual de sua estratégia” (DELEUZE, 1988, p. 39).

³ Em uma entrevista de 1977, publicada sob o título “O olho do poder”, Foucault faz a crítica ao modo como o termo “luta” é mobilizado nos discursos correntes da esquerda militante e um certo discurso marxista, sem que seus sentidos sejam esclarecidos. E diz: “(...) a simples afirmação de uma ‘luta’ não pode servir de explicação primeira e última para a análise das relações de poder. Este tema da luta só se torna operatório se for estabelecido concretamente e em relação a cada caso, quem está em luta, a respeito de que, como se desenrola a luta, em que lugar, com quais instrumentos e segundo que racionalidade” (FOUCAULT, 2006c, p. 226).

⁴ É uma questão e um desafio com o qual tratamos de lidar em nosso projeto de pesquisa, no encontro e entrecruzamento de pesquisas tributárias de uma linhagem de estudos urbanos e outra, das sociologias da punição e do controle. Cf. projeto “A Gestão do Conflito da Produção da Cidade Contemporânea” (Projeto Temático Fapesp, 2014-2018).

⁵ Sobre a inteligibilidade da história, cf. Lição de 08/03/1978 (FOUCAULT, 1984, p. 244).

⁶ As principais formas de contra-condutas que se desenvolveram na Idade Média (o ascetismo, as comunidades, a mística, o problema da escritura, a crença escatológica) “tendem a redistribuir, inverter, anular, desqualificar parcialmente ou totalmente o poder pastoral na economia da salvação, na economia da obediência, na economia da verdade, isto é, os três domínios [*tratados na aula anterior*] e que caracterizam, acredito, o objetivo, o domínio de intervenção pastoral” (FOUCAULT, 1984, p. 208). “(...) a luta não se faz na forma de uma exterioridade absoluta, mas na forma da utilização permanente de elementos táticos que são pertinentes na luta antipastoral, na própria medida em que fazem parte, mesmo que de uma maneira marginal, do horizonte geral do cristianismo” (Idem, p. 219).

⁷ Impossível não lembrar aqui o livro de Christopher Hill, *O mundo de ponta cabeça: Ideias radicais na Revolução Inglesa de 1640* (1987). Ler ou reler esse livro magnífico haverá de trazer elementos preciosos para entender os sentidos políticos das “revoltas de conduta” e as questões sugeridas por Foucault nessas linhas, e em toda sua discussão sobre as contra-condutas.

⁸ O que define uma relação de poder é um “modo de ação que age não diretamente e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre as ações dos outros (...) é um conjunto de ações possíveis; ele opera em um campo de possibilidades em que vem se inscrever o comportamento dos sujeitos atuantes: ele incita, ele induz, ele desvia ou torna difícil, ele amplia ou limita, ele torna mais ou menos provável; no limite, ele constrange ou impede em termos absolutos; mas ele é sempre uma maneira de agir sobre um ou sobre os sujeitos atuantes e isso na medida em que eles agem ou são suscetíveis de agir” (FOUCAULT, 1984, p. 313).

⁹ Em texto curto e bastante instigante, sob uma abordagem que não é estranha às questões propostas por Deleuze, Michael Hardt sugere os nexos entre essa “potência da vida” – nos termos de Hardt: biopolítica, diferente do biopoder – e a questão trabalhada por Foucault em seus cursos sobre as práticas de si e modos de subjetivação. Na leitura de Hardt, será, sobretudo em seu último curso, “A coragem da verdade” (1984), finalizado quase que às vésperas de sua morte, que Foucault, em sua análise sobre os cínicos, nos entregaria uma reflexão sobre as vias pelas quais a vida pode se tornar uma tarefa propriamente política, o terreno da vida como lócus da política: uma vida militante. Cf. Hardt (2008). Sobre as questões trabalhadas nesse curso, as relações entre a vida e a verdade, o “dizer verdadeiro”, cf. Gros (2002, 2009).

¹⁰ Sobre essas controvérsias e o modo como Foucault iria tratar a noção de plebe, ver Sennelart (2003).

¹¹ A questão que se deveria formular seria: “como, desde quando e como começou-se a imaginar que é a guerra que funciona nas relações de poder, que um combate ininterrupto perturba a paz e que a ordem civil é fundamentalmente uma ordem da batalha” (EDS, Resumo do curso, p. 320).

¹² Vale notar que nesse mesmo texto, Foucault trata igualmente os pontos importantes a serem levados em conta em uma análise das relações de poder: os tipos de objetivos, suas modalidades instrumentais, as regras de racionalização, formas de institucionalização, bem como o sistema de diferenciações que permite agir sobre a ação dos outros: “diferenças jurídicas ou tradicionais de status e de privilégios; diferenças econômicas na apropriação de riquezas e de bens; diferenças de lugar nos processos de produção; diferenças linguísticas ou culturais; diferenças nos saberes práticos e competências, etc. Todas as relações de poder colocam em ação diferenciações que são, para elas, ao mesmo tempo condições e efeitos” (FOUCAULT, 1984, pp. 316-317).

Referências

- ARTIÈRE, Philippe. (2002), “Dire l’actualité: Le travail de diagnostique chez Foucault”. Em: GROS, Frederic (org.). Foucault: Le courage de la vérité. Paris, PUF, pp. 11-35.
- BERTANI, Mauro [e] FONTANA, Alessandro. (1999), “Situação do curso”. Em: FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo, Martins Fontes, pp. 317-327.
- BURCHELL, Graham; GORDON, Colin [e] MILLER, Peter. (orgs.). (1991), The Foucault Effect: Studies in Governmentality. Chicago, The University of Chicago Press.
- CHEVALLIER, Philippe. (2014), Michel Foucault: Le pouvoir et la bataille. Paris, PUF.
- DELEUZE, Gilles. (1992), Conversações. São Paulo, 34.
- _____. (2002), “Pensée nomade”. Em: L’Île déserte et autres textes. Paris, Minuit, pp. 351-364.
- _____. (2003), “Qu’est-ce qu’un dispositif?”. Em: Deux régimes de fous. Paris, Minuit, pp. 316-325.
- _____. (1988), Foucault. São Paulo, Brasiliense.
- FOUCAULT, Michel. (1984), “Sujet et pouvoir”. Em: RABINOW, Paul [e] DREYFUS, Hubert. (orgs.). Michel Foucault: Un parcours philosophique. Paris, Gallimard. pp. 297-321.
- _____. (1985), História da sexualidade II: O uso dos prazeres. São Paulo, Graal.
- _____. (1994), “Pouvoirs et stratégies (entretien avec Jacques Rancière)”. Em: Dits et Ecrits, Tome III, texte n° 218. Paris, Gallimard, pp. 89-97.
- _____. (1996), A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro, NAU.
- _____. (1997), Vigiar e punir: Nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1999), História da Sexualidade I: A vontade de saber. São Paulo, Graal.
- _____. (1999), Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (2003), “A vida dos homens infames”. Em: Ditos e Escritos IV. São Paulo, Forense, pp. 203-222.
- _____. (2004a), “Polêmica, política e problematizações”. Em: Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro, Forense, pp. 225-234.
- _____. (2004b), Sécurité, territoire et population: Cours au Collège de France (1977-1978). Paris, Gallimard.
- _____. (2005), “Estruturalismo e pós-estruturalismo”. Em: Ditos e Escritos II. São Paulo, Forense Universitária, pp. 307-334.

- _____. (2006a [1979]), “Os intelectuais e o poder”. Em: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. (2006b [1979]), “Nietzsche, a genealogia e a história”. Em: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. (2006c [1979]), “O olho do poder”. Em: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. (2013), *La société punitive: Cours au Collège de France, 1972-1972*. Paris, Gallimard.
- _____. (2016b), “Inútil revoltar-se?” Em: *Ditos e Escritos V*. São Paulo, Forense Universitária, pp. 77-81.
- GROS, Frederic. (2002), “La parrhêsia chez Foucault”. Em: GROS, Frederic (org.). *Foucault et le courage de la vérité*. Paris, PUF, pp. 155-165.
- _____. (2009), “Situation du cours”. Em: FOUCAULT, Michel. *Le courage de la vérité: Le gouvernement de soi et des autres II: Cours au Collège de France, 1984*. Paris, Gallimard.
- HARDT, Michael. (2010), “Militant Life”. *New Left Review*, Vol. 64, pp. 151-161.
- HILL, Christopher. (1987), *O mundo de ponta cabeça: Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo, Companhia das Letras.
- REVEL, Judith. (1992), “Scolies de Michel Foucault: De la transgression litteraire à la pratique politique”. *Futur Antérieur*, n° 14.
- SENNELART, Michel. (2003), “Michel Foucault: Plèbe, peuple, population”. Em: CHÊNE, Janine; IHL, Olivier; VIAL, Érica [e] WATERLOT, Ghislain (orgs.). *La tentation populiste au coeur de l'Europe*. Paris, La Découverte, pp. 301-313.
- _____. (2004), “Situation des cours”. Em: FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: Cours au Collège de France, 1977-1978*. Paris, Gallimard, pp. 379-412.

VERA DA SILVA TELLES (vs.telles@gmail.com)
 é professora livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP, Brasil). Possui doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da USP, mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da USP e graduação em ciências sociais pela USP.